

# Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

*Materials para  
um Livro Branco  
da Arqueologia  
Portuguesa*



# 20 anos de arqueologia e museus

*Virgílio Hipólito Correia*

## **1. Uma Visão de 20 anos**

### **1.1. A criação do IMC**

A criação do Instituto Português de Museus, em 1993, foi um dos mais significativos eventos ocorridos na arqueologia portuguesa nas décadas da viragem do século, pelos efeitos que provocou na gestão de um elemento fundamental do Património Arqueológico - os bens móveis.

Isto aconteceu apesar de a Arqueologia não ser uma área central da actividade desse Instituto. Na verdade, em cerca de trinta Museus, só três deles são de vocação arqueológica: o Museu Nacional, um Museu Regional (D. Diogo de Sousa, em Braga) e um Museu de Sítio (Monográfico de Conimbriga, que gere directamente o próprio sítio). A Arqueologia está ainda presente com relevância nalgumas colecções (Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, e Abade Baçal, em Bragança), ainda que com ênfases muito diferentes (foi o primeiro sector a ser reestruturado e rerepresentado, em Castelo Branco; não está

ainda patente ao público, em Bragança), e faz parte de outras colecções em proporções muito variáveis (Guarda e Évora, por exemplo).

Dentro deste universo encontramos evoluções em concreto de importantes museus que são ilustrativos do “sabor agridoce” da evolução da Arqueologia nos Museus portugueses nos últimos vinte anos: temos por um lado a inauguração, em magníficas condições, do Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, em Braga; o reverso da medalha foi a desactivação do Museu de Etnografia e História do Porto e a dispersão da sua colecção por outros museus.

### 1.2. O enquadramento legal

A criação do Instituto de Museus foi um dos elementos apenas de uma evolução muito significativa do enquadramento jurídico-legal do Património, e designadamente do Património Arqueológico. Considerado na sua especificidade na Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, designadamente o capítulo II do Título VII, artºs 74º a 79º) o Património Arqueológico Móvel tem a sua “personalidade jurídica” regulada pelas disposições que impõem o seu depósito em Museus, preferencialmente da RPM (*ergo*, Museus qualificados e certificados), como é consagrado na Lei-Quadro dos Museus (Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, no artº 14º). É esta figura de depósito que assegura a sua classificação como bens nacionais e, com a perenidade garantida pela figura institucional do Museu, o desenvolvimento sobre esses materiais, das funções museológicas básicas (Capítulo II da mesma lei, artºs 7º-43º): Inventariação, Conservação, Investigação, Divulgação.

### 1.3. A Rede Portuguesa de Museus

A Rede Portuguesa de Museus, porventura o elemento de maior sucesso de todo o “empreendimento” de um instituto nacional dedicado aos Museus, não conseguiu, no entanto, alcançar o mesmo patamar de sucesso nas suas realizações que, por exemplo a Rede Nacional de Bibliotecas. As razões são várias, mas prendem-se talvez, sobretudo, com a unicidade de cada programa museológico, frente à natureza eminentemente tipificável de um projec-

to de instalação de uma biblioteca, e às consequências de maior facilidade de planeamento e financiamento destas frente àqueles.

Originalmente organizada como uma “Estrutura de Projecto” dentro da orgânica do Ministério da Cultura, a RPM veio a transformar-se por força do esgotamento do seu prazo de funcionamento nesses moldes, de uma elemento da orgânica do Instituto dos Museus sem que, *prima facie*, se tenha alterado profundamente o seu esquema e dinâmica de funcionamento. Mas os níveis efectivos de actuação, medidos na capacidade de apoiar efectivamente projectos de requalificação dos Museus, mantêm-se limitados (e a integração orgânica não favorece o crescimento do financiamento disponível).

Há um outro elemento que, especificamente para a Arqueologia, se pode revestir de alguma preocupação. Pensada como uma estrutura de qualificação e certificação da figura do Museu em Portugal, apesar de a adopção dos critérios internacionais, na sua dimensão de exigência, ter sido feita com ponderação e atenção à situação nacional, esse elemento parece poder diluir-se com o nascimento de Redes de Museus locais e regionais, que diminuem naturalmente a exigência e criam a ilusão de uma certificação que de facto não tem condições de base para existir, mas que deixa satisfeitas as entidades de tutela. Será necessário regressar a este problema também no que diz respeito à questão dos depósitos de materiais arqueológicos.

### 1.4. A evolução no terreno: mais e melhores museus

As duas décadas em apreço assistiram a um significativo crescimento e melhoria dos Museus de Arqueologia, nomeadamente no âmbito municipal, que muito e muito bem aproveitou, entre outros financiamentos, o Programa Operacional da Cultura integrado no 3º Quadro Comunitário de Apoio.

O fenómeno inscreve-se numa tendência geral de vitalidade da museologia nacional (metade dos Museus abertos ao público em 2005 tinham-no sido desde a década de 90, eram, em suma, museus novos).

Paralelo a este fenómeno ocorreu um outro, de

enorme importância: a evolução da qualificação do pessoal dos Museus, em geral, graças à multiplicação da formação pós-graduada em museologia, que foi aproveitada por números significativos de arqueólogos (avaliação empírica que seria importante sustentar em análise estatística cuidada, mas que parece ser verdadeira). O eco deste movimento só não terá sido maior devido ao facto de a quase total dependência pública dos Museus de Arqueologia ter implicado em grande medida as dificuldades de recrutamento de pessoal dos próprios Museus, devido aos constrangimentos de recrutamento para o funcionalismo público que tem impendido sobre o País.

### 1.5. Os museus na mesma

A criação do Instituto Português de Museus, que antes saudámos, inscreveu-se, todavia, numa linha de pensamento institucional cujo mérito global aguarda ainda uma validação definitiva. Criado em 1980, o Instituto Português do Património Cultural, pretendia tutelar o conjunto desse Património, potenciando as sinergias e a optimização dos recursos disponíveis (então poucos e ainda hoje insuficientes). Mas essa linha de pensamento holístico foi rapidamente abandonada, no mandato de J. Palma Ferreira, com a autonomia concedida à Biblioteca Nacional, sob o argumento de que uma instituição com a dimensão do IPPC seria “ingovernável”. Argumentos idênticos levaram à extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, integrados nas Direcções Regionais do Instituto na nova orgânica aprovada sob o mandato de A. Lamas; é neste movimento que se autonomizam também os Museus. As reformas de 1997, com a criação do Instituto Português de Arqueologia e a concessão de autonomia ao Instituto José de Figueiredo sob o nome de Instituto Português de Conservação e Restauro, levaram ao seu fim natural esta linha de pensamento institucional. No entanto, se houve ganhos na agilidade da gestão nos campos específicos onde cada instituto operava, houve também uma tendência quase corporativa de pensamento em autarcia, que gerou conflitos institucionais, degradação da imagem pública (e política) da gestão do Património e, muito em concreto, desajustes da actuação institucional

do Estado com reflexos graves nas situações quotidianas, corporizados hoje em problemas museológicos a que este texto regressará.

Houve, e continua a haver ainda, um outro reflexo desta linha de pensamento institucional que importa salientar: a ingovernabilidade dos institutos públicos existe devido à política administrativa concentracionária dos poderes nas sedes submetidas à directa superintendência do poder político e à inexistência de uma efectiva delegação de competências (e de capacidade orçamental própria) às instituições que, no terreno, asseguram a efectiva tutela, salvaguarda, conservação e gestão do Património. No caso do Instituto Português de Museus – agora Instituto dos Museus e da Conservação – através de sucessivas remodelações da sua lei orgânica (e das posturas das suas sucessivas direcções), este fenómeno tem-se manifestado numa oscilação do conceito do instituto entre o papel de um coordenador e facilitador da actividade dos Museus e o papel de um organismo central dotado de repartições “desconcentradas”, na prática desprovidas de capacidade decisória e actuante. O primeiro destes conceitos beneficia de, e sobrevive graças à tradicional autonomia pessoalizada da figura do Director do Museu, que se impõe ainda como poder fáctico, quer a nível local, quer a nível central. Mas o conceito concentracionário impera, sobretudo desde o Programa de Reforma da Administração Central do Estado, implementada desde 2000, sob a figura do “alinhamento dos objectivos” dos vários níveis institucionais envolvidos (a nível autárquico os mecanismos são outros, mas é a mesma a situação). Os problemas dos Museus de Arqueologia neste contexto consistem sobretudo na frequente inadequação das grandes linhas políticas aos contextos locais em que os Museus se inserem e na incapacidade dos Museus pesquisarem e desenvolverem as melhores linhas de trabalho para potenciar essa inserção pois, frequentemente, o próprio diagnóstico dos problemas, ao nível mais imediato da realidade circundante, fica diluído nas estruturas centralizadas de recolha de dados para preparação da decisão superior, que inevitavelmente “alisa” as séries de dados, esbate os contrastes e impede a distinção entre situações diferentes, em prol das

decisões unitárias que a estrutura hierárquica concentrada requer a favor da “governabilidade”.

Esta situação, que afecta quer os Museus de Arqueologia dependentes do Ministério da Cultura, quer os Museus de outras tutelas no que à integração em projectos de âmbito geral diz respeito, redundando na dificuldade em projectar, implementar e desenvolver os projectos necessários ao país, com a eficácia que se desejaria. Os Museus de Arqueologia mantêm, em grande medida, o seu tradicional papel de “museus de cacós”.

### **1.6. O paradoxo Museu Nacional de Arqueologia**

O Museu Nacional de Arqueologia atravessou as duas décadas de que aqui se trata de uma forma paradoxal. Iniciou o período desmontando uma exposição permanente e termina-o com uma exposição temporária que se mantém aberta ao público há mais de cinco anos (mais do que a exposição permanente durou).

Toda a época foi atravessada por um processo arrastado de aprovação de uma adequação dos espaços ocupados pelo Museu nos Jerónimos a condições museológicas modernas, aprovação finalmente rejeitada e culminada com uma nova localização proposta. Outro paradoxo emerge: um longuíssimo lapso de tempo para rejeitar uma solução e a imposição *ex abrupto* de outra, sem estarem reunidas as condições técnicas para a realocação. Há, evidentemente um elemento preocupante nesta situação: certos episódios podem ter um impacto grave na vida futura das instituições, da mesma forma que há pessoas que sofrem acidentes e deles nunca recuperam completamente; mas esperemos que estes paradoxos sejam na vida do MNA, olhada com suficiente distanciamento temporal, nada mais que a espuma dos dias.

O Museu Nacional de Arqueologia, principalmente sob a direcção de Luís Raposo, deu uma magnífica lição de Museologia e de comunicação em Arqueologia. Desprovido de exposição permanente o Museu conseguiu ainda assim assegurar um notabilíssimo conjunto de exposições, indo de grandes exposições de temática cronológico-cultural no espaço nacional como: A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de poder (1996); De Ulisses a

Viriato: O primeiro milénio A.C. (1997); Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais (1998); Portugal Islâmico : Os últimos sinais do Mediterrâneo (1999); Pera guerrejar: Armamento medieval no espaço português (2000); Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa (de 2002 até à data de redacção deste texto); exposições sobre sítios arqueológicos sob investigação como: Lisboa subterrânea (1995); O povoado de Leceia : Sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C. (1998); Citânia de Sanfins : Uma capital castreja (1999); Reguengos de Monsaraz : Territórios megalíticos (2000); Por terras de Viriato: Arqueologia da região de Viseu (2001); Palácio Almoada da Alcáçova de Silves (2002); GARB. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular (2002); De Scallabis a Santarém (2003); Um Mergulho na História: arqueologia subaquática no rio Arade (2004); Tavira. Território e Poder (2004); Cascais há 5000 anos: espaços da morte das antigas sociedades camponesas (2005); A Presença Romana em Cascais - Um Território da Lusitânia Ocidental (2006); 25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior (2006); Um Mergulho na História – O Navio do século XV Ria de Aveiro – A (2006); Pedra Formosa - Arqueologia Experimental em Vila Nova de Famalicão (2008); Quinta do Rouxinol. Uma olaria romana no estuário do Tejo. Corroios / Seixal (2009); sobre grandes temáticas ou áreas arqueológicas como: Ístria mágica: O património histórico-cultural da Croácia (2000); O Espaço Grego : 150 anos de escavações da Escola Francesa de Atenas (2001); Paisagens Megalíticas - Évora/Carnac (2003); Vida quotidiana em Bizâncio (2003); Tesouros da China. As 100 maiores descobertas arqueológicas no século XX (2004); Quando os ossos revelam história (2005); Aqua Romana - Técnica Humana e Força Divina (2005); História Perdida: Uma exposição acerca do comércio ilícito de antiguidades no mundo (2008); SIT TIBI TERRA LEVIS: Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal (2009); Vaso Campaniforme. A Europa do 3.º milénio antes de Cristo (2009); Eufrates: Um Rio de Histórias (2009); de colecções específicas, sendo de destacar a manutenção colecção de ourivesaria arcaica na exposição Tesouros da Arqueologia Portuguesa (desde 1980), mas também as Antiguidades Egípcias (desde 1993) e: Um gosto privado um olhar público

(1997), *Transparências imperiais : Vidros romanos da Croácia* (1998); *Colecção D. Luís Bramão - Núcleo Etrusco* (2005); *Mosaicos Romanos nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia* (2007); *Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules* (2007); *O Ouro Tradicional de Viana do Castelo. Da Pré-História à Actualidade* (2008); *Vita Vitri - O Vidro Antigo em Portugal* (2010) entre outras realizadas dentro e fora do espaço do Museu.

Dois aspectos ainda merecem ser salientados: a manutenção regular da edição do *Arqueólogo Português* e a criação de um Laboratório de Conservação e Restauro integrado nas estruturas internas do Museu: duas iniciativas desenvolvidas, com sucesso, a contra-ciclo de muito do que foi a evolução dos museus portugueses no sentido da concentração da sua actividade em poucos campos e de global redução dos meios humanos especializados.

É justo portanto salientar que o MNA é porventura a única história de incontestado sucesso na Arqueologia portuguesa dos últimos vinte anos, e que isso tenha acontecido com um Museu pode e deve ser tomado na sua justa medida: o avanço do conhecimento científico, a sua transformação em projecto cultural e pedagógico e a sua projecção junto do público em geral (com assinalável sucesso) são – agora demonstravelmente – o futuro.

## **2. Arqueologia e Museus: Encontros e desencontros**

### **2.1. Museus arqueológicos e sítios arqueológicos**

Os Museus requerem, da parte dos Arqueólogos, o depósito de conjuntos completos, documentados e contextualizados, que possam ser significativamente aproveitados do ponto de vista museológico (isto aliás, faz parte do deontologia profissional preconizada aos Arqueólogos). Necessitam também da parte deles uma colaboração comprometida na investigação das colecções, na sua exposição e na divulgação que é necessário levar a cabo junto do público. Têm necessariamente de exigir o respeito da autonomia institucional na política de cedência de espólios, na estratégia expositiva das colecções e, em geral, nas decisões museográficas que é necessário tomar.

Os Arqueólogos necessitam sobretudo que os

Museus ofereçam condições correctas de armazenagem, catalogação e inventariação e arquivo de documentação, que façam deles verdadeiros locais de trabalho e não outros locais “de escavação” em condições frequentemente penosas. Necessitam que lhes sejam oferecidos meios de publicação, calendários eficazes de exposição e veículos suplementares de divulgação. Precisam ainda que os Museus se empenhem decididamente na investigação em curso.

Arqueólogos e Museus necessitam que as instituições que tutelam os Museus e que promovem a investigação científica compreendam esta situação e que dêem a uns e outros as condições necessárias para um trabalho profícuo.

O nó górdio em toda esta questão será o efeito que uma colaboração empenhada e eficaz nos seus resultados terá sobre a tutela do Património Arqueológico no seu todo. A gestão dos sítios arqueológicos é um problema em aberto e o inevitável crescimento das responsabilidades autárquicas na tutela desse Património só poderá ser resolvida em virtude se surgirem ideias e modelos originais de gestão do território e dos seus recursos patrimoniais que envolvam os Museus, que são, querendo-se, um figurino institucional muito adequado a uma intervenção territorial alargada (basta pensar no conceito de “ecomuseu”), os arqueólogos, que são condição *sine qua non* para uma intervenção de qualidade e, na relação entre estes dois pólos, o efeito de convergência de responsabilidades legais, de instituições de tutela, de Universidades e da participação da sociedade no seu âmbito mais geral, designadamente através do modelo das Associações de Amigos, que ganha desenvolvimentos muito interessantes todos os dias.

O Museu de Arqueologia do futuro pode não ser um Museu de Sítio, mas terá de ter uma valência de Centro de Interpretação; isso é tornado lógico e necessário pelos novos modos de interpretação que os arqueólogos adoptaram desde os anos setenta do século passado. Gerirá um, ou vários sítios arqueológicos, suportando o investimento em meios humanos que é necessário e facilitando a canalização dos recursos técnicos e humanos; isto possibilitará ainda a canalização com eficácia dos

fluxos turísticos gerados em redes de oferta mais complexas, que os sítios arqueológicos por si só têm dificuldade em integrar. Abrirá perspectivas de mudança no entendimento da paisagem e do território, diversificando a oferta cultural e permitindo uma fruição variada do Património. Será um lugar de memória e de conhecimento; valorizará a identidade cultural e imprimirá nas gerações o respeito pelo Outro do Passado, melhor maneira de ensinar o respeito pelo Outro do Presente.

## **2.2. Os depósitos de materiais arqueológicos**

A investigação arqueológica “pura” é hoje em dia minoritária dentro da actividade arqueológica global, a larga maioria dos trabalhos que se fazem acontecem no domínio da arqueologia urbana, de salvamento, de minoração de impacto de obras públicas. Isto leva a que seja cada vez menos comum a recolha de conjuntos delimitados de material e que, pelo contrário, seja frequente a recolha de grandes conjuntos de materiais estratigrafados em vários níveis, recolhidos sob metodologias modernas em que a taxa de recolha do registo é muitíssimo superior à tradicional.

A mesma situação provoca que os arqueólogos responsáveis pelas escavações sejam frequentemente empresários ou contratados por empresas e que o seu interesse no material recolhido termine no momento em que os trabalhos lhe são pagos: depositados os materiais não existe interesse em prosseguir o seu estudo.

A situação que se coloca aos museus de arqueologia e, sobretudo, aos museus que têm de receber colecções de arqueologia sem que essa seja a sua principal vocação é assim, muito diferente da tradicional: materiais “em bruto”, sem grande selecção científica ou museológica, conjuntos complexos de documentação anexa, muitas vezes herméticos para quem não acompanhou o processo de escavação.

A museologia tem normalmente dificuldades em lidar com esta situação: os achados arqueológicos recentes são, no seu geral, tratados em pequenas exposições temporárias ou, algumas peças de excepção são incorporadas nos moldes tradicionais de exposição das colecções de arqueologia: belas

artes de autores anónimos ou etnografia de sociedades mortas; deve todavia haver uma forma de tratar a arqueologia, que é uma ciência, nos museus da mesma forma que os museus de ciência mostram e explicam a biologia, a física, etc.

As responsabilidades da administração estão, dir-se-á, sedeadas em especial na articulação entre a investigação e o depósito de materiais, por um lado, e entre esse depósito e o seu estudo, por outro: a separação, que é geral em toda a Europa, entre tutela da Arqueologia, dos Museus e das Universidades dificulta muito essa tarefa e, do que me é dado ver em Portugal e que creio repetir-se noutros países, o divórcio entre a comunidade arqueológica universitária e a que faz arqueologia em termos comerciais vem ainda piorar o problema.

A Lei de Bases do Património, ao consagrar o princípio da salvaguarda do património arqueológico através do registo criou uma situação para que alguns alertaram, mas que os responsáveis à época não consideraram, e que sabemos hoje ter criado uma situação dramática: a multiplicação de escavações arqueológicas de minoração de impactos de intervenções no território (e designadamente no subsolo das cidades históricas), feitas sob metodologias modernas, rigorosas, de grande volume de recolha de materiais, é sem dúvida um fenómeno de saudar na nossa arqueologia; a acumulação desses materiais em depósitos sem condições (supõe-se para a maioria, pois efectivamente não existe qualquer controle sobre eles), sem perspectivas de estudo futuro, pintou de outras cores esse fenómeno.

Parto do princípio que todo o material arqueológico deve ser depositado em Museus, e só em Museus; toda a solução conducente à existência de “depósitos de materiais arqueológicos” como se consagrou no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e parece ressurgir num recente documento de planeamento estratégico, só tem dois resultados finais possíveis: a colecção privada ou a lixeira.

## **3. O futuro**

A arqueologia é hoje, para muitos sectores da sociedade, um ónus, um encargo suplementar no desenvolvimento, operado em favor de uma corpo-

ração profissional, sem um benefício social geral evidente. É responsabilidade da Arqueologia, no seu todo, reverter esta situação e, porventura, o instrumento de transformação desta situação noutra de maior qualidade e proveito, científico e social, serão os Museus de Arqueologia de que o país necessita, e ainda não tem.

A relação entre Conservação do Património Arqueológico Imóvel e a fracção de Património Móvel que nesse contexto foi recolhido é crucial. O destino final dos materiais arqueológicos deve ser conhecido desde o início do projecto de escavação (não é esta a situação portuguesa): só assim pode o Museu estar envolvido, desde um primeiro momento, nesse projecto e, não só preparar-se para acomodar em qualidade os materiais, como também proceder a economias de escala com os investigadores (inventário de materiais, processos de documentação e seu suporte, preparação da investigação e divulgação, por exemplo) que facilitarão o depósito efectivo quando ele tiver lugar.

Isto obriga, é claro, a que a um nível superior se estabeleçam parâmetros de comportamento dos agentes no processo: os projectos de escavação têm de prever uma margem de financiamento à conservação e, a tratar-se de projectos de salvamento ou minoração de impactos os seus promotores têm de suportar os custos inerentes; os arqueólogos responsáveis têm de estabelecer desde um primeiro momento a extensão e profundidade do seu envolvimento com a investigação e divulgação do material – é infelizmente frequente que partes significativas de colecções estejam hipotecadas a pretensas “direitos de prioridade científica” de pessoas que notoriamente nunca vão estudar coisa nenhuma – e por último, tem de haver o investimento público suficiente para assegurar que a exigência de preservação do património que é feita se traduz numa efectiva utilidade social. Este investimento deve ser feito primordialmente através dos Museus, *lato senso* (incluo aqui os sítios musealizados e os centros de interpretação e acolhimento).

Na perspectiva de que um museu de arqueologia deve ser um museu de ciência, todo o material recolhido numa escavação é importante e toda a documentação é relevante. Na perspectiva tradi-

cional, apenas uma pequena minoria de peças de alguns poucos sítios têm relevo suficiente para se integrarem num discurso museológico. A virtude estará em encontrar um meio-termo entre uma e outra perspectiva, que seduza o público e se justifique aos olhos dos arqueólogos. Alguns pontos que me parecem significativos:

- Os Museus terão de arcar com o ónus de possuírem reservas de dimensão muito superior ao que seria expectável, como forma de se assegurarem de que podem receber os materiais dos sítios arqueológicos cuja conservação lhes compete.

- Os Museus de Arqueologia têm de contar com uma componente técnica de arquivística que é certamente mais complexa do que a dos Museus tradicionais.

- Os Museus terão de gestionar dois níveis distintos de documentação: a da escavação e a propriamente museológica. Isto pode fazer-se através de bases de dados relacionais, o que também não levanta problemas técnicos irresolúveis.

Qualquer destes pontos só é uma dificuldade num contexto em que o investimento nas infra-estruturas museológicas seja fraco, mas até à entrada na “velocidade de cruzeiro”, certamente que os problemas se acumularão.

A situação pode, todavia, encarar-se com optimismo.

Em primeiro lugar, porque a Lei-Quadro dos Museus estabelece que o depósito dos materiais arqueológicos se faz, preferencialmente em Museus da Rede Portuguesa de Museus. Isto dá garantias de a instituição depositária estar dotada de condições aceitáveis para a sua tutela. E este princípio legal não pode ser revertido por mera operação legislativa, pois corresponde à lógica manifestação de um princípio de senso-comum: assistiremos sem dúvida a algumas soluções transitórias, de compromisso dos desejos com as realidades, mas admite-se que algum dia se legisle no sentido de os materiais arqueológicos **não** serem depositados em Museus?

Em segundo lugar porque o Museu é, sobretudo, uma instituição de memória e é este carácter que lhe dá as condições necessárias a ser a instituição operativa neste tema. Porque será necessário afrontar decididamente o facto de, já hoje, mas

sobretudo no futuro, vir a ser impossível o desenho de projectos de investigação em moldes tradicionais na esmagadora maioria das áreas e tipos de sítios arqueológicos. Já hoje a arqueologia de minoração de impactos é a actividade dominante dentro da investigação nacional (e internacional), sem os dados dessa arqueologia é impossível traçar, em muitíssimas áreas, quadros de investigação fiáveis, enquanto que campos “virgens” de desenvolvimento são cada vez mais escassos e será cada vez mais questionável desenvolver aí novos projectos de investigação, negligenciando o que é prioritário porque está a ser alvo de destruição activa. As próprias instituições científicas tradicionais, as Universidades e os Centros de Investigação, estão também cada vez mais sujeitas a ciclos curtos de investigação, porque curtos são os horizontes de financiamento. É portanto o Museu a instituição capaz de tutelar os materiais (e os registos) e de articular a sua investigação em prazos verdadeiramente pluri-geracionais, que são aqueles em que, no limite, a salvaguarda do Património Arqueológico, desiderato que está na origem de todo o problema, se cumpre na sua essência.

Em terceiro lugar, e aqui está a *crux* do problema, o Museu é uma instituição vocacionada para a comunicação com a sociedade, através da exposição e da educação. E é isto que transformará a Arqueologia, de ónus, em recurso social e cultural, com impactos muito significativos e economicamente rendosos na própria oferta cultural globalmente considerada.

Existe portanto um enorme desafio à nossa frente, no sentido de não se poder postergar mais a afirmação da Arqueologia como um campo pioneiro e fundamental de produção de conhecimento histórico e de transformação desse conhecimento em ferramenta de progresso social. Que os Museus possam participar activa e centralmente nesse desiderato, é o voto.

## Bibliografia

- Almeida, M. J., 2006: “Património Arqueológico Móvel: (Des)Enquadramento na actual legislação portuguesa”. *Praxis Archaeologica* n.º 1, 29-36 ([www.praxisarchaeologica.com/issues/2006\\_2936.html](http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_2936.html))
- Alves, F. J. S., 1993: “O Museu Nacional de Arqueologia. Encruzilhadas de uma instituição centenária”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 76-80.
- Gonçalves, A. R., 2009: “Museus e Turismo: Que experiências? Breve reflexão”. *Informação ICOM.PT*, IIº s., n.º 4, 3-10.
- IMC (Instituto dos Museus e Conservação), 2010: “Planeamento Estratégico do IMC: Museus para o séc. XXI” (Lisboa, IMC, [www.imc-ip.pt](http://www.imc-ip.pt))
- Lakatos, I., 1999: “Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica” (Lisboa, Edições 70).
- Neves, J. S. e Santos, J. A., 2006: “Os Museus em Portugal no período 2000-2005. Dinâmicas e tendências” (Lisboa, OAC, [www.oac.pt](http://www.oac.pt))
- Nolasco, M. L., 2000: “Museus y museologia en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro” (Madrid, AEM, Monografias da Revista de Museologia 1).
- Nunes, G. S., 2007: “Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património”. *Boletim RPM* n.º 25, 4-7.
- Raposo, J., 1993: “Museus portugueses com colecções de arqueologia”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 61-71.
- Raposo, L., 1993: “Números que falam por si”. *Al-madan* IIº s., n.º 2, 67.
- Santos, M. L. L., (coord.) 2000: “Inquérito aos Museus em Portugal” (Lisboa, IPM/OAC).
- Swain, H., 2007: “An introduction to museum archaeology” (Cambridge, Un. Press).
- Teixeira, M. B., 2007: “Quatro inovações legais em 2004”. *Museologia.pt* n.º 1, 43-49.
- Vicente, E., 2009: “Economia do património”. In Fortuna, C. e Leite, R. P. (org.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (Coimbra, Almedina), 225-244.



# Arqueologia & História